



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2022.0000113119**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2291233-31.2021.8.26.0000, da Comarca de Cotia, em que é impetrante OZÉRIO FERNANDES DO NASCIMENTO e Paciente RAFAEL SANTOS SALADIN.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WALTER DA SILVA (Presidente sem voto), MARCO DE LORENZI E MIGUEL MARQUES E SILVA.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

**LAERTE MARRONE**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Voto nº 18.445**

Impetrante: Ozério F. do Nascimento

Pacte: Rafael Santos Salandin

Impetrado: MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da  
Comarca de Cotia – SP

**“Habeas corpus” visando desconstituir a prisão preventiva. 1. Circunstâncias do caso que justificam a prisão preventiva para garantia da ordem pública. 2. Decisão fundamentada. 3. Não é o caso de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. 4. Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.**

1. Trata-se de “habeas corpus”, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Ozério F. do Nascimento em favor de Rafael Santos Salandin. Alega, em suma, que o paciente, preso preventivamente pela suposta prática do crime de furto qualificado, padece de constrangimento ilegal pelas razões seguintes: a) ausência dos requisitos legais para a custódia cautelar; b) fundamentação inidônea da decisão judicial hostilizada; c) riscos do COVID-19 à população carcerária; d) ser pai de recém-nascido. Busca, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva até o julgamento definitivo do “habeas corpus” e, subsidiariamente, a revogação da prisão preventiva, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido (cf. fls. 23/25).

A d. autoridade coatora prestou informações (fls. 28/30).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Manifestou-se a d. Procuradoria Geral de Justiça pela denegação da ordem (fls. 33/39).

**É o relatório.**

**2. Inconsistente a impetração.**

**3. Segundo consta da denúncia:**

*“Consta do incluso inquérito policial que, em 26 de agosto de 2021, por volta das 09h05, na Avenida São Camilo, 1444, Chácara Viana, nessa cidade e comarca de Cotia/SP, JONATHAN ANTUNES DO NASCIMENTO, qualificado às fls. 15, e RAFAEL SANTOS SALANDIN, qualificado às fls. 22, em ocasião de calamidade pública, previamente ajustados e com unidade de desígnios e propósitos, mediante rompimento de obstáculo, subtraíram para eles, coisa alheia móvel, consistente em 04 (quatro) televisores, marca AOC, avaliados em R\$ 1.599,00 (mil, quinhentos e noventa e nove reais) cada aparelho, totalizando R\$ 6.369,00 (seis mil e noventa e seis reais), pertencentes à vítima Casas Bahia Comercial LTDA., representada por Marta Souza de Amorim, conforme auto de exibição, apreensão de fls. 11/12 e auto de entrega de fls. 13/14.*

*Segundo apurado, os denunciados JONATHAN e RAFAEL utilizando um veículo Gol, cor azul, se dirigiram ao estabelecimento comercial, a fim de praticar o furto.*

*Apurou-se, ainda, que os denunciados entraram no comércio, e, aproveitando que as funcionárias estavam nos fundos da loja, romperam o cabo de aço que prendia os televisores aos mostruários, e os subtraíram. Ato contínuo, colocaram os objetos no interior do veículo.*

*Ocorre que, em certo momento, uma das funcionárias ouviu um barulho oriundo da parte da frente da loja e, então, visualizou RAFAEL carregando um dos televisores para o interior do veículo Gol, cor azul. Na sequência, os denunciados empreenderam fuga do local.*

*A Polícia Militar foi acionada, passando a fazer buscas pela região. Após algum tempo, os policiais avistaram o veículo, com as características indicadas pela testemunha, e o abordaram. No interior do veículo estavam JONATHAN e RAFAEL, e no banco traseiro foram encontrados os quatros televisores subtraídos da loja vítima.*

*Indagados, ambos confessaram a prática delitiva.*

*O crime foi praticado por ocasião de calamidade pública*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*decretada em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus(...)*” (fls. 105/107 dos autos do processo de conhecimento).

De fato, os dados probatórios colhidos no curso do inquérito policial emprestam plausibilidade à imputação.

Gize-se que o “habeas corpus” constitui ação de rito sumaríssimo, em que a cognição é estreita, de sorte a não se afigurar instrumento processual adequado quando o desate da questão reclame o exame aprofundado de provas e fatos, conforme tem assentado a doutrina (cfr., por exemplo, **GUILHERME DE SOUZA NUCCI**, Código de Processo Penal Comentado, RT, 9ª edição, pág. 1.045) e a jurisprudência (cfr., por exemplo, **STF, HC nº 103.149, rel. Min. Celso de Mello**).

Não se afigura, neste sentido, possível esquadriñar-se a prova.

Vale dizer, **existem indícios de que o paciente cometeu crime de furto qualificado, envolvendo a subtração, em concurso com outro indivíduo, de bens de elevado valor, numa ação que traduz um acentuado grau de culpabilidade da conduta.**

Além disso, o paciente ostenta condenação pela prática de furto qualificado, e responde a outro processo pela suposta prática do mesmo delito (fls. 111/116 dos autos do processo de conhecimento), a denotar um quadro de reiteração na prática de crime.

**Circunstâncias concretas a indicar que sua liberdade coloca em risco a segurança pública.**

O cenário aponta que, em liberdade, existe uma significativa probabilidade de que o paciente volte a delinquir. Deveras,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

conforme leciona **GUILHERME DE SOUZA NUCCI**, a reiteração na prática criminosa **“é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificador da decretação da prisão preventiva”** (Código de Processo Penal Comentado, RT, 12ª edição, pág. 675).

Pelo que a custódia cautelar avulta como necessária para garantia da **ordem pública**.

Na lição de **JULIO FABBINI MIRABETE**, a prisão preventiva para garantia da ordem pública justifica-se como medida a evitar que o agente **“pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida”** (Código de Processo Penal Interpretado, Saraiva, 11ª edição, pág. 803).

Registre-se que processos e inquéritos em andamento podem servir de base para a decretação da prisão preventiva (STJ, RHC nº 47.145, rel. Min. Laurita Vaz; HC nº 491.776, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca; RHC nº 84703, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca; RHC nº 93733, rel. Min. Laurita Vaz; RHC 107.459, rel. Min. Joel Ilan Paciornik; AgRg no AREsp nº 1.342.253, rel. Min. Rogerio Schietti Cruz), assim como obstar a aplicação do redutor, no caso de condenação (STJ, Embargos de Divergência no REsp nº 1.431.091, rel. Min. Felix Fisher).

Fatores a desnudar que a prisão preventiva, por ora, mostra-se necessária, não sendo possível a substituição por outra medida cautelar, como quer fazer crer a combativa defesa.

Não se olvida que a Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça sugere uma série



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de medidas destinadas a evitar a disseminação da pandemia de COVID-19 no sistema penitenciário nacional, dentre elas a reavaliação das prisões provisórias.

No entanto, a implementação destas medidas está condicionada a uma análise das circunstâncias envolvendo o caso concreto. Não se pode interpretar o citado ato jurídico no sentido de que conferiu um direito subjetivo do preso à obtenção dos benefícios ali referidos, até porque não se cuida de um ato legislativo ou jurisdicional, mas sim uma decisão de natureza administrativa. A solução há de ser tópica, ou seja, caso a caso, tomando-se em conta os vários interesses envolvidos.

Neste sentido, **na linha do acima aduzido**, tem-se que a liberdade do paciente representa um perigo para a segurança pública, de sorte que não é o caso de se desconstituir a prisão preventiva, mesmo à luz da citada Recomendação nº 62, do Conselho Nacional de Justiça.

Oportuno considerar que há notícia de que a Administração Penitenciária tem tomado medidas, no âmbito das unidades prisionais, visando combater a pandemia (neste sentido, ofício do Secretário da Administração Penitenciária ao Corregedor Geral da Justiça).

Na realidade, **sopesando-se os interesses em jogo à luz do princípio da proporcionalidade**, sobreleva, a radicar, pelo menos por ora, a manutenção da custódia cautelar, a segurança pública.

4. Sublinhe-se que o ato hostilizado encontra-se motivado (**fls. 74/78 dos autos de origem**). Houve análise dos fatos,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

com referência a circunstâncias concretas do caso, o que permite inferir que não se cuida de decisão calcada apenas na gravidade em abstrato do crime, lembrando que a decisão que decreta ou mantém a prisão preventiva não reclama fundamentação exaustiva, bastando uma análise sucinta dos requisitos que dão ensejo à segregação cautelar (STF, RHC nº 89.972-2, rel. Min. Cármen Lúcia; HC nº 86.605, rel. Min. Gilmar Mendes; HC nº 62.671, rel. Min. Sydney Sanches; STJ, HC nº 154.164, rel. Min. Felix Fischer).

5. Por sua vez, não desenhado um quadro a autorizar a substituição da prisão provisória por prisão domiciliar.

O Supremo Tribunal Federal concedeu ordem de “habeas corpus” coletivo (HC nº 165.704, rel. Min. Gilmar Mendes), determinando a substituição da prisão cautelar dos pais e responsáveis por crianças menores e pessoas com deficiência, desde que observadas as seguintes condicionantes:

*“(i) presença de prova dos requisitos do art. 318 do CPP, o que poderá ser realizado inclusive através de audiência em caso de dúvida sobre a prova documental carreada aos autos; (ii) em caso de concessão da ordem para pais, que haja a demonstração de que se trata do único responsável pelos cuidados do menor de 12 (doze) anos ou de pessoa com deficiência, nos termos acima descritos; (iii) em caso de concessão para outros responsáveis que não sejam a mãe ou o pai, a comprovação de que se trata de pessoa imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (iv) a submissão aos mesmos condicionamentos enunciados no julgamento do HC nº 143.641/SP, especialmente no que se refere à vedação da substituição da prisão preventiva pela segregação domiciliar em casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, ou contra os próprios filhos ou dependentes; (v) a concessão da ordem, em caráter emergencial, nos casos elencados na Recomendação nº 62/2020 do CNJ, para substituição da prisão preventiva por domiciliar ou concessão de saída antecipada do regime fechado ou semiaberto, nos termos da Súmula Vinculante 56 desta Corte; (vi) a comunicação da ordem ao DMF para acompanhamento da execução; (vii) a expedição de*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*ofício a todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, com cópia desta decisão, para que comuniquem a esta Corte os casos de concessão de habeas corpus com base neste julgamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias”.*

No entanto, não desponta dos autos, desde logo, que o paciente satisfaça os requisitos indicados na citada decisão.

Com efeito, não está demonstrando, de forma estreme de dúvida, tendo em conta a documentação juntada aos autos, que o paciente é o único responsável pela criança. A bem da verdade, sequer existe prova documental da paternidade.

Importa considerar que constitui ônus da defesa comprovar categoricamente uma das situações que viabilizam a prisão domiciliar (**RENATO BRASILEIRO DE LIMA**, Código de Processo Penal Comentado, Editora JusPodivm, 2.016, pág. 903).

Cabe remarcar que o “habeas corpus” constitui instrumento processual de cognição estreita, reclamando prova pré-constituída da indevida lesão ao direito de liberdade (STF, **RHC nº 117.982**, rel. Min. Ricardo Lewandowski; **HC nº 88.718**, rel. Min. Celso de Mello, entre outros).

A realização de audiência para a comprovação desta situação deve ser feita em primeiro grau, porquanto não se cuida de providência compatível com o procedimento do “writ”.

**6. Em síntese, não se divisa, ao menos por ora, antijuridicidade a ser reparada.**

**7. Ante o exposto, denego a ordem.**

**LAERTE MARRONE**

Relator





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO